

Política e Valores, organizado por Maria Francisca Pينهiro Coelho, Eurico Cursino Gonzales dos Santos, Caetano Ernesto Pereira de Araújo e Jessé Souza. Brasília: Editora da UnB, 2000.

Patrícia Castro Mattos*

A proposta do livro *Política e Valores* é bastante interessante e instigante na medida em que se propõe a fazer uma análise da política não somente intra-institucional, mas essencialmente dos valores que norteiam a cultura política brasileira, bem como orientam seus atores. Esse tipo de abordagem procura captar o peso específico das diferentes orientações valorativas subjacentes às definições de identidade.

A questão central do livro é saber quais são as novas condições de solidariedade social que servem de suporte para a construção de identidades individuais e coletivas. Isso porque os autores percebem uma mudança significativa na cultura política brasileira. A organização da sociedade civil, a ampliação das oportunidades educacionais, os novos movimentos sociais e as organizações não-governamentais seriam bons exemplos do desenvolvimento de novos valores políticos que fundamentam o ideário democrático. Isso não quer dizer, obviamente, que tenham desaparecido totalmente os valores tradicionais da cultura política brasileira. O que os autores percebem é a presença da grande ambigüidade entre a cultura política tradicional e a cultura política democrática.

O grande mérito do livro, é apresentar a relativização e problematização de velhos clichês acerca da política no Brasil, especialmente a tão propagada forma de pensar a política como uma atividade essencialmente negativa.

Vilma Figueiredo, em seu texto “A liderança no empresariado na mídia no DF: jornal, rádio, TV”, desenvolve um estudo sobre o discurso dos empresários no Distrito Federal, procurando identificar a dimensão pública das notícias veiculadas pelos meios de comunicação de massa. A autora advoga a

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília.

tese de que quanto maior o espírito público do empresariado, maior será a ênfase na função pedagógica de formação do cidadão. O importante no estudo desenvolvido por ela é investigar as características da ação empresarial e do empresariado no Distrito Federal, ou seja, perceber nas diretrizes de trabalho desses profissionais a preocupação ou não com a função pública da notícia.

Para cumprir esse desiderato, a autora fez uma pesquisa com os líderes da mídia para traçar seus perfis e trajetórias profissionais. Para os empresários da mídia de maior destaque no DF, houve uma grande mudança na cultura política do empresariado. Todos eles demonstram uma grande preocupação com a função pública da notícia, afirmando que cada vez mais o sucesso no mercado está comprometido com a formação do cidadão. Isso porque, no Brasil, os baixos níveis de escolaridade e as demandas de participação democrática levam o cidadão comum à busca de uma opinião, um posicionamento, mesmo antes de ter as informações e discernimento para formulá-la.

Maria Francisca Coelho, em seu texto “O gosto pela política”, apresenta a tese de que os brasileiros gostam de política, o que eles não gostam é dos políticos. A autora acredita que o gostar de política dos brasileiros está relacionado ao agir comunicativo nos espaços públicos informais e autônomos. Em geral, os brasileiros não confiam na política institucional, entretanto, possuem um gosto pela política de outra natureza que advém do seu lado interativo, do engajamento no todo, de gostar de conversar sobre política e de participar do espaço público político.

A autora constrói seu texto baseada em uma pesquisa realizada com outros professores do Departamento de Sociologia em 1997, sobre Política e Valores no DF, a qual serve de base para a maioria dos textos do livro. A percepção de que os brasileiros não apreciam a política institucional é feita a partir da análise das perguntas sobre o nível de confiança nos políticos, nas instituições políticas, nas leis, no regime político, dentre outros. Percebeu-se que o nível de consciência e participação política aumenta de acordo com o grau de escolaridade. Contudo, como grande parte da população brasileira não possui alto nível educacional, a visão geral é de descrédito ou ambigüidade em relação à política institucional. Apesar disso, pode-se perceber uma mudança significativa na vida pública brasileira nos últimos anos, apresentando um crescente processo de formação independente da opinião pública e da vontade política, gerando significativa atividade da esfera pública política. Para Maria Francisca Coelho, isso é um indicativo do gosto do brasileiro pela política não institucional, feita no mundo da vida.

Eurico Santos discute, em seu texto “Política e magia (na cultura brasileira e) no Distrito Federal”, a relação entre o comportamento político, a orienta-

ção dos agentes segundo padrões culturais e a escolha dos agentes por um determinado tipo de religiosidade. Sua tese é que existe uma relação causal entre a presença de valores e normas culturais que se originam e se desenvolvem no seio de crenças religiosas de tipo mágico e certa orientação heterônoma e intolerante de pensamento que não permite o desenvolvimento de uma moral autônoma típica desse novo tipo de solidariedade social. Postula também que há uma relação entre a irreligiosidade (presente geralmente nos estratos com alto grau de escolaridade) e os valores e normas de cunho individualistas, fundadores de uma moral autônoma. Ele constrói seu argumento analisando a natureza histórica da experiência religiosa no Brasil Colônia, afirmando que desenvolveu-se no Brasil um tipo de religiosidade mágica adaptado às condições de escravo e escravizador, gerando uma realidade simbólica de baixa reflexividade na orientação da conduta.

A partir da pesquisa já citada anteriormente, o autor procura testar sua hipótese de que o predomínio do pensamento mágico na estrutura da personalidade propicia um tipo de moral heterônoma não compatível com as demandas por reconhecimento das diferenças.

Caetano Araújo apresenta, em seu texto “Entre o holismo e o individualismo: tipos morais e cultura política no Brasil”, algumas peculiaridades da cultura política no Brasil em relação às identidades políticas e sociais. O autor desenvolve uma discussão acerca do crescente processo de substituição da categoria trabalho para a estruturação das identidades dos atores sociais e políticos, bem como o aparecimento de outras matrizes identitárias, tais como: gênero, etnia, cultura, orientação sexual, religião, entre outras. Tomando como base a tese de Ronald Inglehart de que houve uma mudança na cultura política dos países industriais do Ocidente desde o final da 2ª Guerra Mundial, ele testa essas hipóteses a partir dos dados coletados na pesquisa Política e Valores no DF.

O texto de Jessé Souza e Franz Hoellinger - “Modernização diferencial e democracia no Brasil: uma tentativa teórico/empírica de interpretação” - procura, seguindo a perspectiva desenvolvida por Charles Taylor, realizar uma discussão das razões de grandes diferenças nas concepções de mundo entre os diferentes grupos sociais no Brasil, enfatizando o processo de assimilação diferencial do individualismo moral do Ocidente entre os brasileiros.

Os autores se utilizam da obra de Gilberto Freyre, especificamente *Sobrados e Mocambos*, pois percebem que a interpretação do Brasil que se tornava urbano no século XIX parece apresentar uma continuidade com a atual estratificação social brasileira. Souza e Hollinger, a partir da análise realizada por Freyre sobre o processo de ocidentalização do Brasil, defendem que

a assimilação diferencial de valores no Brasil gerou um padrão de estratificação social perverso que pode ser o maior obstáculo para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Lúcio Rennó Júnior, em seu texto “Indivíduo, comunidade e cultura: fronteiras do debate entre liberalismo e comunitarismo no Brasil”, apresenta a discussão entre os liberais e os comunitaristas, bem como propõe uma análise da cultura política brasileira tendo como pano de fundo essa discussão teórica. Segundo ele, a lógica da desconfiança prevalecente em nossa cultura política dificulta a formação de comunidades e o fortalecimento de elos associativos entre os cidadãos, constituindo um sério obstáculo para o desenvolvimento das perspectivas liberal e comunitarista no Brasil.

Marcelo Sousa retoma a discussão sobre liberais e comunitaristas em seu texto “Igualdade, solidariedade e cidadania: elementos sobre a concepção contemporânea de cidadania a partir dos debates parlamentares na Comissão Especial para União Civil Livre.” O objetivo do autor é identificar momentos em que o elemento solidário se apresenta constitutivo de processos de pleno pertencimento, de modo que a noção de cidadania é articulada a discussões identitárias. O autor toma como ponto de apoio empírico os debates registrados na Comissão Especial União Civil Livre.

A análise dos discursos permite auferir que há uma grande valorização da cidadania sob a égide do individualismo, da afirmação do direito a igual consideração e respeito, da valorização das liberdades individuais. Contudo, a reivindicação por solidariedade que também compõe o exercício da cidadania e pressupõe reconhecimento de especificidades, ou melhor, do princípio da autenticidade, não encontra possibilidades de manifestação. Os agentes participantes do debate não possuem, em seus respectivos sistemas de crenças e valores, recursos capazes de tornar as diferenças comunicáveis.

Joaze Bernardino discute a questão da ação afirmativa no Brasil, em seu texto “Ação afirmativa no Brasil: construção da identidade negra?, utilizando-se também do debate entre liberais e comunitaristas. Para ele, as demandas da liderança negra no Brasil não reivindicam apenas acesso a bens sociais mínimos, mas reivindicam a correta consideração do diferente. Tendo a ação afirmativa dois contextos específicos, o material e o cultural.

O autor analisa como as reivindicações por reconhecimento das diferenças são tratadas em três modelos de teorias democráticas, o liberal, o republicano e o procedimental. Ele acredita que o modelo procedimental seria a melhor forma de se tratar a questão racial no Brasil, uma vez que os temas seriam submetidos à discussão pública, na qual cada pessoa, usando de prerrogativas racionais, poderia concordar ou discordar do modelo de interpretação racial

que venha a surgir. Não ficando essa discussão monopolizada pelos líderes do Movimento Negro.

Maria Stela Grossi Porto, em seu texto “Violência, legitimidade, justiça”, pretende relacionar violência, legitimidade e justiça tendo como suporte uma pesquisa realizada na área urbana do DF, em dois níveis distintos: o Estado e a sociedade civil. Interessa a autora saber qual é a representação da violência tanto para os atores responsáveis pela elaboração de políticas públicas quanto para a sociedade civil, com o intuito de captar a racionalidade presente nas crenças coletivas e em suas representações.